AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Sétima Sessão Ordinária
28 de Junho - 2 de Julho de 2005
Tripoli, Líbia

EX.CL/175 (VII)-C
Original: Inglês

PROJECTO DE RELATÓRIO DAS REUNIÕES DO SUB-COMITÉ DE ESTRUTURAS

PROJECTO DE RELATÓRIO DAS REUNIÕES DO SUB-COMITÉ DE ESTRUTURAS

I. INTRODUÇÃO

1. O Sub-Comité de Estruturas reuniu-se de 16 de Novembro de 2004 a 3 de Junho de 2005, no Centro de Conferências da Comissão da União Africana, para analisar os ajustamentos a fazer na estrutura da Comissão, adoptada em Maputo, nos termos da Decisão Ext/EX.CL/Dec. 1 (VI) da Sessão Extraordinária do Conselho Executivo realizada aos 6 e 7 de Dezembro de 2004, em Adis Abeba. O Sub-Comité foi presidido pelo Sr. Ali Awidan, Embaixador da Jamahiriya Árabe Líbia e Representante Permanente deste país junto da União Africana.

II. PARTICIPAÇÃO

2. Os membros do Sub-Comité que se seguem participaram nas várias reuniões: Camarões, Chade, Etiópia, Gabão, Gana, Líbia, Mauritânia, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Senegal, África do Sul, Sudão, Togo e Zimbabwe.

3. A Comissão foi representada pelo Vice-Presidente, Sr. Patrick Mazimhaka, pelos Comissários, Directores e outros funcionários.

III. ABERTURA

4. No seu discurso de abertura, o Presidente do Sub-Comité desejou as boas-vindas aos participantes e agradeceu à Comissão por ter convocado a reunião. Em seguida, convidou o Vice-Presidente da Comissão da UA a apresentar o documento relativo à Estrutura de Maputo Revista da Comissão.

5. Ao usar da palavra, o Vice-Presidente sublinhou que a Estrutura de Maputo revista é o resultado do Plano Estratégico da Comissão e do alargamento do seu mandato, tal como foi sancionado pelo documento “Visão, Missão e Plano Estratégico 2005-2007”. Além disso, o Vice-Presidente apresentou uma breve avaliação da Estrutura de Maputo, assim como as dificuldades enfrentadas pela Comissão, no cumprimento do seu mandato. Realçou, entre outros, as incoerências e as lacunas na Estrutura de Maputo, em termos de princípios de hierarquia, processo de tomada de decisão, falta de pessoal, sistemas, métodos e procedimentos inadequados. Para terminar, o Vice-Presidente recordou aos participantes que, para o sucesso da implementação do novo mandato da Comissão, afigura-se necessário proceder à re-análise da Estrutura adoptada em Maputo.

6. O Vice-Presidente declarou, por outro lado, que a Estrutura proposta agora é baseada no programa e nas linhas de acção estabelecidos por ordem de prioridade, e exige recursos humanos à altura, bem como uma estrutura apropriada. Explicou os objectivos contidos na Estrutura revista e as novas ideias que foram incorporadas comparativamente à Estrutura de Maputo.

7. Depois desta apresentação, o Presidente do Sub-Comité informou aos participantes que ele efectuou várias consultas com o Presidente da Comissão sobre

as novas propostas e manifestou a esperança de que os trabalhos do Sub-Comité sejam coroados de sucessos. O Presidente do Sub-Comité adoptou igualmente o Inglês e o Francês como línguas de trabalho, por razões de tempo na tradução dos documentos.

IV. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

8. O Sub-Comité adoptou o seguinte horário de trabalho:

Manhã	:	10H00 – 13H00
Tarde	:	15H00 – 19H00

V. ADOPÇÃO DA AGENDA

9. O Sub-Comité adoptou a seguinte agenda:

a) Abertura da Reunião;
b) Organização dos Trabalhos;
c) Adopção da Agenda

VI. APRESENTAÇÃO E DEBATES SOBRE AS EMENDAS À ESTRUTURA DE MAPUTO

10. Durante os debates que se seguiram, os membros do Sub-Comité felicitaram a Comissão da UA pela qualidade do relatório apresentado. Todavia, a maioria dos membros deplorou o facto de os documentos não lhes terem sido distribuídos a tempo, de modo a permitir-lhes tomar conhecimento do seu conteúdo. Interrogaram-se igualmente sobre a base jurídica na qual o Sub-Comité discute a Estrutura proposta pela Comissão. Alguns membros do Sub-Comité solicitaram à Comissão para fornecer explicações claras relativamente à revisão da Estrutura de Maputo e fazer descrições apropriadas dos postos, para permitir ao Sub-Comité fazer as recomendações dai decorrentes. Outros membros julgaram que a Comissão deveria ter implementado todas as decisões relativas à Estrutura de Maputo antes de submeter novas propostas para análise.

11. Nesta etapa dos debates, os membros do Sub-Comité solicitaram à Comissão informações sobre o quadro da Decisão de Maputo, bem como sobre o ponto de situação da implementação desta Decisão. Solicitaram igualmente informações adicionais sobre as implicações financeiras da nova Estrutura proposta, a descrição dos novos postos criados e sobre o plano de implementação no período 2005-2007.

12. Na sua resposta, a Comissão chamou à atenção dos membros do Sub-Comité sobre o facto de o relatório apresentado (Volumes I e II) conter tanto a Estrutura de Maputo, como as emendas propostas. O Vice-Presidente deu garantias de que as implicações financeiras da nova Estrutura proposta assim como o ponto de situação da implementação da Estrutura de Maputo, serão comunicados ao Sub-Comité. O Vice-Presidente fez notar que existe um relatório sobre as estruturas, programas e orçamento, sendo que a revisão da Estrutura de Maputo será feita em paralelo. A Estrutura Revista baseia-se numa abordagem progressiva e terá em conta os orçamentos e os programas da Comissão.

13. No que diz respeito à questão do enquadramento jurídico levantado pelo Sub-Comité, a Comissão chamou à atenção dos participantes relativamente às disposições pertinentes contidas nos Estatutos da Conferência, do Conselho e da Comissão, tendo explicado que é neste quadro que se procede à revisão da Estrutura.

14. No final dos debates, o Sub-Comité decidiu suspender os seus trabalhos até que o programa seja reordenado segundo as prioridades e que o Orçamento de Solidariedade seja aprovado pelo Conselho Executivo, em Dezembro de 2004.

VII. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 8 DE FEVEREIRO DE 2005

15. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos a 8 de Fevereiro de 2005, depois da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo realizada em Abuja (Nigéria) de 24 a 31 de Janeiro de 2005.

16. No seu discurso de abertura, o Presidente do Sub-Comité rendeu homenagem ao Presidente Gnassingbé Eyadéma, falecido a 5 de Fevereiro de 2005. Em seguida, convidou o Presidente da Comissão a pronunciar o seu discurso preliminar.

VIII. DISCURSO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

17. No seu discurso preliminar, o Presidente da Comissão agradeceu aos membros do Sub-Comité pela disponibilidade de apoiar a Comissão na revisão da Estrutura de Maputo, à luz do Plano Estratégico, do Orçamento e das novas missões da Comissão. Sublinhou que o Sub-Comité de Estruturas constitui a chave do sucesso de todas as missões. Chamou à atenção dos participantes sobre as virtudes e as fraquezas do processo de recrutamento em curso, assim como da implementação da Estrutura de Maputo. Em seguida, declarou que a Comissão tem em vista tomar todas as medidas necessárias para a implementação efectiva das decisões relativas aos recursos humanos, tendo acrescentado, para o efeito, há a necessidade de apoio e da compreensão de todos os Estados-membros.

18. O Presidente da Comissão fez notar, por outro lado, que as novas propostas sobre a Estrutura tomaram em consideração a Decisão de Maputo, mas com um alcance que ultrapassa a referida decisão, dado o carácter dinâmico do Programa e da Visão que constituem o seu fundamento, o que faltava na Estrutura de Maputo. O Presidente da Comissão sublinhou a necessidade de haver uma estrutura simples, tendo em conta os limites do orçamento aprovado para 2005. Por conseguinte, deu informações pormenorizadas sobre o processo de recrutamento empreendido pela Comissão, bem como a metodologia utilizada.

19. Em seguida, o Presidente da Comissão realçou as dificuldades enfrentadas no processo de recrutamento, antes de abordar a questão da falta de transparência evocada pelos Estados-membros. A este respeito, deu garantias de que seriam tomadas todas as medidas apropriadas para a melhoria do processo. O Presidente da Comissão deplorou a atitude de alguns funcionários que transmitiram informações não fundadas aos Estados-membros, em violação do juramento de lealdade, antes de acrescentar que serão tomadas medidas disciplinares pertinentes, conforme as disposições do Regulamento Interno da Comissão. Fez uma apreciação do

desempenho do processo de recrutamento que conduziu à melhoria da representação geográfica dos Estados-membros, assim como a uma melhor paridade entre homens e mulheres no seio da Comissão.

20. O Presidente realçou as diferenças existentes entre a Estrutura de Maputo e a Estrutura proposta, dando as explicações necessárias. Sublinhou que a Comissão fez esforços inovadores com vista à racionalização da Estrutura e supressão dos cruzamentos de mandatos de alguns departamentos/direcções.

21. Concluiu a sua alocução reafirmando o seu empenho, como Presidente da Comissão, na promoção da justiça e da equidade durante todo o seu mandato. Reiterou a importância de uma abordagem colegial no método de trabalho entre a Comissão e os Estados-membros, bem como a necessidade de fazer com que nenhum funcionário perca o seu emprego no final do processo em curso, pois a Comissão tomará todas as medidas necessárias para o re-enquadramento do seu pessoal com a responsabilidade necessária.

IX. DELIBERAÇÕES

22. Depois desta apresentação, os membros do Sub-Comité felicitaram o Presidente pelo seu relatório. Fizeram observações sobre as lacunas no processo de recrutamento e chamaram à atenção da Comissão relativamente a várias reclamações recebidas pelas Embaixadas quanto, particularmente, ao atraso no processo de afectação, etc. O Sub-Comité solicitou à Comissão para submeter um relatório ao Conselho Executivo sobre a implementação da Decisão de Maputo relativa aos recursos humanos. Sublinhou que o relatório deverá mencionar, entre outras, as acções realizadas e as perspectivas para o futuro.

23. Alguns membros usaram da palavra para indicar que o efectivo proposto é muito elevado e pediram esclarecimentos sobre se o Sub-Comité tinha mandato de analisar a Estrutura revista apenas nos aspectos respeitantes ao Gabinete do Presidente ou se o seu exame deverá abranger a Comissão no seu todo.

24. Em resposta, a Comissão informou que, tendo em conta o mandato alargado e as responsabilidades da Comissão, seria aconselhável que o Sub-Comité considere todo o trabalho que a Comissão efectuou sobre a Estrutura, em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo, que autoriza a Comissão a dar prova de simplificação no que respeita a Estrutura de Maputo. A Comissão informou igualmente ao Sub-Comité que serão preparados documentos suplementares e postos à disposição dos membros, para justificar a necessidade da revisão da Estrutura de Maputo. Os Estados-membros reafirmaram também a decisão de Maputo e solicitaram à Comissão para proceder à avaliação do pessoal herdado da OUA.

X. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

25. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos a 9 de Fevereiro de 2005. A Comissão apresentou um documento intitulado “Relatório sobre a Implementação da Decisão de Maputo relativa aos Recursos Humanos, Processo de Recrutamento em curso e reajustamento da Estrutura de Maputo” e um relatório relativo às implicações financeiras das novas propostas.

26. Na sua apresentação, a Comissão realçou o seguinte: progressos alcançados até agora na implementação da Decisão de Maputo, ajustamentos inovadores à Estrutura de Maputo, solicitados pela Comissão; necessidades dos diferentes departamentos/decisões em termos de recursos humanos e financeiros adicionais, bem como as implicações financeiras globais dessas necessidades. A Comissão explicou, por outro lado, o seu plano de recrutamento e concluiu que as necessidades propostas exigirão recursos financeiros adicionais de um montante de 5.484.388,00 $EU.

27. O Sub-Comité tomou nota do relatório e solicitou à Comissão para fornecer informações mais detalhadas sobre:

a) A fonte de financiamento dos recursos adicionais de 5.484.388,00 $EU, tendo em conta as previsões orçamentais para o exercício de 2005. A Comissão foi solicitada a evitar, na medida do possível, utilizar recursos extra-orçamentais para financiar despesas com o pessoal;

b) A necessidade de apresentar a descrição dos novos postos, com todas as justificações necessárias;

c) A Comissão deve explicar por que motivo a Estrutura revista propõe categorias diferentes para funcionários similares no seio dos mesmos órgãos, por exemplo: Assistente Especial.

XI. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 10 DE FEVEREIRO DE 2005

28. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos a 10 de Fevereiro de 2005. A Comissão apresentou as explicações e respostas necessárias relativamente às diversas questões colocadas na reunião anterior. Alguns membros tomaram a palavra para indicar que a descrição dos postos em falta iria, sem dúvida, atrasar os trabalhos do Sub-Comité. Por conseguinte, ficou decidido que o Sub-Comité funcionará dentro dos limites do seu mandato, ao abrigo da Decisão de Maputo (EX.CL/34 (III)) e da Decisão da Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, adoptada em Dezembro de 2005, relativa ao Programa Prioritário reajustado por ordem de prioridade, Orçamento de Solidariedade e Orçamento-Programa para 2005.

XII. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 24 DE FEVEREIRO DE 2005

29. Os trabalhos da reunião do Sub-Comité foram retomados a 24 de Fevereiro de 2005. A Comissão fez uma apresentação detalhada dos diferentes departamentos e realçou, numa primeira fase, os departamentos/direcções que não precisam de nenhuma despesa adicional no que respeita à afectação do orçamento para 2005, pois esses sectores suprimiram alguns postos a favor de outros novos. Trata-se dos Departamentos/Direcções que se seguem:

a) Assuntos Sociais;
b) Infra-estruturas e Energia;
c) Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia;
d) Comércio e Indústria;

e) Economia Rural e Agricultura;
f) Assuntos Económicos;
g) Paz e Segurança;
h) NEPAD.

30. Por outro lado, a Comissão realçou o facto de que, na Estrutura de Maputo Revista, foi tomada em consideração a supressão de alguns postos, a favor de outros novos. Todavia, alguns departamentos/direcções terão necessidade de recursos adicionais, para financiar a Estrutura de Maputo revista, nomeadamente:

i) <u>Gabinete do Presidente</u>

a) Gabinete do Presidente;
b) Delegações Regionais juntos das CERs;
c) Direcção dos Assuntos dos Cidadãos Africanos (ex-CSEDCA);
d) Direcção de Informação e Popularização;
e) Serviços de Protocolo;
f) Gabinete do Auditor Interno;
g) Gabinete do Conselheiro Jurídico;
h) Direcção dos Assuntos da Mulher, Género e Desenvolvimento;
i) Direcção da Planificação Estratégica de Políticas e da Mobilização de Recursos.

ii) <u>Gabinete do Vice-Presidente</u>

a) Gabinete do Vice-Presidente;

b) Direcção da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos;

c) Direcção de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade;

d) Direcção dos Serviços de Conferências.

iii) <u>Direcção dos Assuntos Políticos</u>

31. O Sub-Comité congratulou-se pela iniciativa tomada pela Comissão de reajustar a Estrutura de Maputo sem custos extra-orçamentais. Todavia, sublinhou que não se pode fugir dos princípios fundamentais que regem o estabelecimento da Estrutura de Maputo. Esses princípios foram referidos como sendo indispensáveis para uma estrutura hierárquica que permite o avanço e a fidelidade dos funcionários da Comissão. O Sub-Comité procedeu às modificações adicionais que se seguem, tendo recomendado para aprovação:

a) <u>Departamento de Paz e Segurança</u>

O Sub-Comité recomendou a supressão de dois postos de funcionários da categoria P2 criando, em seu lugar, um posto de Chefe de Divisão – Defesa e Segurança, da categoria P5.

b) Departamento dos Assuntos Sociais

Foi mantida a estrutura de Maputo.

c) Departamento das Infra-estruturas e Energia

O posto de Chefe de Divisão (Correios e Telecomunicações), categoria P5, foi criado juntamente com um posto de funcionário principal, categoria P3, assim como um posto de funcionário de correios e telecomunicações, categoria P2. O Sub-Comité reconheceu a necessidade de reter uma estrutura hierárquica que permita a promoção e a formação dos funcionários no seio da Comissão. Os participantes aceitaram a supressão de dois postos, nomeadamente o posto de funcionário principal de turismo, categoria P3, e o posto de funcionário de turismo, categoria P2.

d) Departamento dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia

Foi recomendado para aprovação um posto adicional de funcionário principal (TIC), categoria P3. Porém, foi adiada a criação do posto de Chefe de Divisão, até que haja fundos disponíveis para o efeito.

e) Escritório de Lagos

A estrutura não sofreu alterações, excepto a redesignação dos postos de fiel de armazém e de empregado de limpeza, propostos como “estafeta” e “mensageiro”, respectivamente.

f) Departamento do Comércio e Indústria

Deve manter-se um posto de funcionário de comércio, categoria P2. Foram suprimidos os postos de funcionários de estatística (P2) e de migração (P2), criando-se em lugar um posto de Chefe de Divisão da Cooperação Aduaneira (P5). Porém, foi recomendada a transferência dos postos de migração e de estatísticas para os Departamentos dos Assuntos Políticos e dos Assuntos Económicas, respectivamente.

g) Economia Rural e Agricultura

(i) A actual Divisão de Economia Rural, Recursos Naturais e Meio Ambiente foi dividia em duas novas divisões, nomeadamente a Divisão da Economia Rural (P5) e a Divisão dos Recursos Naturais e Meio Ambiente (P5). Este exercício foi feito com a supressão de um posto P2 e um outro GSA4. Foi recomendada a transferência de um posto (P3) para o Escritório da UA no Cairo, por ser o ponto focal para questões agrícolas.

(ii) Gabinete de Coordenação da Campanha Pan-Africana de Erradicação da Mosca Tsé-Tsé e da Tripanossomíase (PATTEC)

O Sub-Comité recomendou a retenção do posto de funcionário principal (P4) em vez da criação do posto de coordenador (P5), mas recomendou a criação do posto de secretária (GSA4).

(iii) Bureau Inter-Africano de Recursos Animais

O Sub-Comité recomendou a supressão do posto de funcionário de recursos animais (p2), criando-se em seu lugar o posto de administrador de website (P2).

(iv) Pesquisa e Desenvolvimento de Cereais Alimentares em Zonas Semi-áridas (SAFGRAD)

O Sub-Comité recomendou a criação de dois postos de agente de segurança (GSB8).

(v) Conselho Fitossanitário Inter-Africano (CPI)

O Sub-Comité recomendou a manutenção do status-quo.

(vi) Programa Regional para a Gestão do Maciço de Fouta Djallon, Conakry

O Sub-Comité recomendou a criação de um posto de coordenador (P5) e de um outro posto de agro-economista (P3).

(vii) Centro Pan-Africano de Vacinas Veterinarias (PANVAC)

No final de um debate sobre a estrutura do PANVAC, o Sub-Comité decidiu rejeitar a estrutura proposta e recomendou à Comissão para submeter de novo a estrutura do Centro para análise. O Sub-Comité manifestou igualmente a sua preocupação pelo facto de a Comissão ter prosseguido com o processo de criação do Centro sem a aprovação da sua estrutura pelo primeiro.

h) Departamento dos Assuntos Económicos

O Sub-Comité rejeitou a proposta de suprimir dois postos de funcionário (P2), criando-se em seu lugar, um posto de Chefe de Divisão de Estatísticas (P5) e observou que a Comissão devia tomar uma decisão sobre a localização da Divisão de Estatísticas, quer no Departamento de Planificação Estatística de Políticas e da Mobilização de Recursos, quer no Departamento dos Assuntos Económicos. Todavia, foram decididos dois postos de funcionário principal (P3) e um outro de funcionário (P2).

i) Departamento dos Serviços de Conferências

O Sub-Comité recomendou que a estrutura deste Departamento seja analisada com a estrutura de outros Departamentos, sob tutela do Gabinete do Vice-Presidente.

j) NEPAD

O Sub-Comité recomendou que o número de funcionários seja reduzido de cinco para três, recomendou igualmente que o posto de coordenador fosse de P6 a P5.

k) Posto de Assistente Especial dos Comissários

O Sub-Comité recomendou que o posto de Assistente Especial dos Comissários passe de P2 a P3, desde que estes postos sejam anunciados como vagos, tal como acontece com todos os outros postos profissionais.

32. A sessão foi encerrada e recomendou-se que a Comissão para submetesse a descrição dos novos postos.

XIII. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 3 DE MARÇO DE 2005

33. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos a 3 de Março de 2005. O Presidente deste órgão desejou as boas-vindas a todos os membros. Propôs que a sessão analisasse o documento com o título "Estrutura de Maputo Revista", Documento Volume I, que contém a estrutura proposta pelo Gabinete do Presidente e pelo Gabinete do Vice-Presidente.

Gabinete do Presidente

34. Os participantes solicitaram ao Director-adjunto do Gabinete do Presidente para informar ao Sub-Comité sobre a estrutura proposta pelo seu Gabinete. No final de uma troca de opiniões e de um longo debate sobre este assunto, o Sub-Comité julgou que era necessário que a Comissão, para além da revisão das estruturas, devia igualmente pensar na criação de sistemas e métodos eficazes e efectivos a fim de melhorar estes métodos de trabalho. O Sub-Comité observou igualmente o princípios de hierarquia e a sua importância e, por isso, achou importante ter duas categorias diferentes de funcionários (director e director-adjunto) com a mesma classificação (D1), pois isso cria um conflito de hierarquia no seio da estrutura. O Sub-Comité sublinhou que na ausência da descrição dos postos, será difícil avaliar as vantagens e os inconvenientes do caso.

a) O Sub-Comité recomendou a criação de dois (2) postos de Conselheiro (P5), nomeadamente para Relações Públicas, Assuntos Culturais e Sociais e Segurança Humanitária e Defesa, em vez de quatro (4) postos de Conselheiro que haviam sido solicitados;

b) O Sub-Comité recomendou que o posto de Director seja designado "Chefe de Pessoal ou Chefe de Gabinete", com a mesma categoria (D1);

c) O Sub-Comité recomendou que o posto de Director-adjunto seja designado "Chefe de Pessoal e ou Chefe-Adjunto de Gabinete", com uma categoria superior a P5 escalão 8, ou P6;

d) Na falta de descrição dos postos, não foi aceite a explicação dada pela Comissão relativamente aos perfis dos postos sugeridos de Assistente Especial (P5) e de Conselheiro para Assuntos de Segurança (P5) para o Gabinete do Presidente. Neste contexto, o Sub-Comité deplorou que os atrasos que se registam na análise das propostas, devem-se à falta da apresentação pela Comissão, de toda a descrição de postos das novas vagas. A sessão foi encerrada e será retomada assim que a Comissão tiver submetido aos membros do Sub-Comité todos os documentos apropriados que foram solicitados.

XIV. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 12 DE MAIO DE 2005

35. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos às 10.00 horas de 12 de Maio de 2005. O respectivo Presidente abriu a sessão e acusou a recepção da descrição dos postos, bem como do projecto de relatório das reuniões, tendo manifestado a esperança de que todos os membros do Sub-Comité analisem os documentos fornecidos pela Comissão.

36. O Vice-Presidente da Comissão deu informações relativas ao trabalho realizado pelo Sub-Comité que a descrição dos postos necessários para todas as novas vagas foi elaborada, para assistir ao Sub-Comité nos seus trabalhos.

37. Após a sua apresentação, o Presidente do Sub-Comité convidou os participantes a darem as suas opiniões e levantar questões sobre os documentos em debate. A maioria dos membros julgou que não tinha havido tempo suficiente para proceder à leitura dos documentos, devido à sua distribuição tardia pela Comissão (na tarde de 11 de Maio de 2005). Propôs-se que a sessão fosse adiada para Segunda-feira, dia 16 de Maio de 2005, de modo a permitir que todos os membros leiam todos os documentos.

38. A Comissão indicou que as categorias de todos os novos postos criados se encontram nos Volumes I e II dos documentos apresentados em Dezembro de 2004, com referências ADM.HRD/26A/Vol. 1/8290 e ADM.HRD/26A/Vol. 2/8290, respectivamente. Todos os documentos deviam ser analisados em paralelo com a descrição dos postos apresentada pela Comissão. A Directora da Administração e Recursos Humanos sublinhou que a descrição dos postos do Gabinete do Presidente havia sido elaborada e apresentada a todos os membros do Sub-Comité. Porém, a descrição dos postos do Gabinete do Vice-Presidente e do Departamento dos Assuntos Políticos encontra-se em fase de elaboração e será apresentada antes da próxima reunião. Ela explicou que o atraso verificado deve-se ao volume de trabalho no sector de tradução. Informou igualmente ao Sub-Comité que o Departamento dos Recursos

Humanos, Ciência e Tecnologia apresentará de novo uma proposta revista para aprovação pelo Sub-Comité.

39. Depois de um longo debate, o Sub-Comité decidiu por unanimidade adiar a reunião para Segunda-feira, 16 de Maio de 2006, às 10H00. A sessão suspendeu os seus trabalhos às 10H45.

XV. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 16 DE MAIO DE 2005

40. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos a 16 de Maio de 2005, pelas 10h25. O respectivo Presidente desejou as boas-vindas aos participantes e recordou que a reunião foi adiada numa altura em que se procedia à análise da estrutura proposta pelo Gabinete do Presidente da Comissão. Na ausência do representante do Gabinete do Presidente, foi recomendado à Directora da Administração e Recursos Humanos para fornecer informações que permitam a recapitulação dos debates sobre a estrutura proposta pelo Gabinete do Presidente.

41. No final da apresentação feita pela Directora, alguns membros exprimiram a sua preocupação em relação à necessidade de a Comissão pensar na implementação da estrutura revista, de forma progressiva, mesmo que o processo ultrapasse 2007. Os participantes referiram que é necessário que a Comissão apresente as implicações financeiras da estrutura proposta, de modo a permitir ao Sub-Comité a formulação de recomendações judiciosas.

42. O Presidente do Sub-Comité sublinhou a importância da segurança no Gabinete do Presidente da Comissão e exortou os seus colegas a analisar a proposta de reclassificar o posto de Adido de Segurança do Gabinete de P2 para P3. No final dos seus debates, os participantes recomendaram a reclassificação do posto de Adido de Segurança do Gabinete do Presidente de P2 para P3. O Sub-Comité analisou igualmente a proposta da criação do posto de Assistente Especial do Presidente da Comissão (P5), e recomendou a criação deste posto desde que a vaga seja anunciada como é hábito para todos os outros postos profissionais.

43. Os participantes reafirmaram os seus debates anteriores relativos aos postos de Director (D1) e de Director-adjunto (P5) como se segue:

a) O posto de Director deve designar-se “Chefe de Gabinete”, categoria D1;

b) O posto de Director-adjunto deve designar-se “Chefe-Adjunto de Gabinete”, categoria P6.

44. O Sub-Comité analisou a descrição do posto de Secretário da Comissão e recomendou a sua criação, com a categoria D1, assim como o posto de Secretária, categoria GSA4.

45. O Sub-Comité não se pronunciou sobre os outros postos recomendados para o Gabinete do Presidente, nomeadamente:

a) Representantes Especiais;

b) Enviados Especiais;
c) Pessoal de Apoio;
d) Delegados Regionais junto das CERs;
e) Secretário Particular;
f) Secretário Administrativo;
g) Amanuense;
h) Estafeta;
i) Funcionário Principal encarregue do Programa de Iniciativas Africanas;
j) Funcionário Principal (acompanhamento e documentos das reuniões do Secretariado);
k) Funcionário Principal (Relações com os órgãos da UA).

Departamento da Planificação Estratégica de Política e Mobilização de Recursos

46. O Director do Departamento de Planificação Estratégica de Políticas e Mobilização de Recursos fez uma apresentação, tendo realçado a necessidade da criação de duas Divisões, nomeadamente: Gestão do Conhecimento e Análise de Políticas e Pesquisa.

47. Alguns participantes contestaram a pertinência de duas Divisões e procuraram conhecer as implicações financeiras desta proposta. Exigiram igualmente uma explicação sobre o ponto de situação relativamente ao processo de recrutamento de pessoal no Departamento de Planificação Estratégica de Políticas e Mobilização de Recursos. O Director deste Departamento indicou o número de funcionários já recrutados, e defendeu a criação de duas Divisões. Porém, o Sub-Comité não ficou satisfeito com a resposta e recomendou que o Departamento mantenha a estrutura de Maputo.

48. O Sub-Comité solicitou à Comissão para dar uma breve explicação sobre o processo de recrutamento. A Directora da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos sublinhou que o plano de recrutamento está atrasado devido à dificuldade de mandar traduzir os anúncios de vagas nas diferentes línguas de trabalho da UA.

49. O Director do Departamento de Planificação Estratégica de Políticas e Mobilização de Recursos referiu que os dois postos de Chefe de Divisão (P5) mencionados na Estrutura de Maputo já estavam preenchidos, apenas os postos de categoria inferior acima estavam vagos. Acrescentou que, pondo de lado a transferência da biblioteca e dos arquivos do Departamento de Administração para o seu Departamento, o que resultou no aumento dos efectivo de pessoal, foi recomendada a transferência das Divisões da Cooperação Internacional e da Cooperação Afro-Árabe para o Departamento dos Assuntos Políticos.

50. No final dos debates, o Presidente solicitou ao Director do Departamento de Planificação Estratégica de Políticas e Mobilização de Recursos para submeter a sua proposta para ser analisada nas próximas sessões.

a) Direcção dos Serviços de Protocolo

51. O Chefe de Protocolo deu justificação da necessidade de elevação do nível dos postos da Unidade dos Serviços de Protocolo para uma Direcção. Neste contexto, ele propôs um posto de Director (D1) e dois postos de Chefe de Divisão (P5) (Serviços Consulares e Aeroporto, Privilégios e Imunidades) e (Cerimónias, Programas, Recepções e Conferências). Disse que o Chefe de Divisão seria assistido por um funcionário principal de protocolo (P5), um funcionário de protocolo (P2) e cinco assistente de protocolo.

52. O Sub-Comité reconheceu a importância dos serviços de protocolo assim como dos serviços oferecidos pelo país anfitrião. Todavia, os participantes exprimiram as suas preocupações relativamente à falta de assistência no que toca as facilidades oferecidas pelos serviços de protocolo da UA. Em resposta, o Chefe de Protocolo esclareceu que as dificuldades que se registam devem-se à falta de recursos humanos e que a Unidade trabalha sem interrupção. Além disso, os membros do Sub-Comité disseram que os problemas dos serviços de protocolo se devem à falta de gestão administrativa, e que a Unidade deveria assegurar uma presença importante no aeroporto, de modo a oferecer serviços protocolares aos dignatários dos Estados-membros.

53. O Sub-Comité acordou que a título temporário, a implementação da Estrutura de Maputo é apropriada e que, tendo em conta as dificuldades de ordem financeira, a Unidade dos Serviços de Protocolo devia manter o status quo, tal como previsto na primeira Estrutura de Maputo, podendo a proposta ser analisada mais tarde.

b) Gabinete do Conselheiro Jurídico

54. Ao apresentar a estrutura revista, o Conselheiro Jurídico realçou o mandato e as funções principais do Gabinete do Conselho Jurídico (OLC) que tocam no trabalho das diferentes Direcções/Departamentos da Comissão, dos órgãos decisórios da UA, bem como de outros órgãos e instituições da União. Sublinhou igualmente que a necessidade de recrutamento de pessoal adicional tornou-se urgente, tendo em conta os últimos desenvolvimentos no seio da Comissão, em particular, a adopção da Visão e da Missão da UA; a Decisão da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, de Julho de 2004, de fazer com que a União Africana se conforme com o Direito Internacional, bem como a necessidade do recrutamento de advogados que dominam cada uma das quatro (4) línguas de trabalho da União Africana, particularmente o árabe e português, a fim de darem apoio na elaboração e harmonização dos instrumentos jurídicos nas quatro línguas de trabalho da União. Para terminar, o Conselheiro Jurídico acrescentou que, na implementação da Estrutura de Maputo, foram preenchidos dois (2) postos, o de Conselheiro Jurídico e o de Conselheiro Jurídico Adjunto, devendo a Direcção contar com a assistência de consultores recrutados a curto prazo.

55. Durante os debates, o Sub-Comité sublinhou a importância de prover o OLC com o número apropriado de funcionários de modo a reforçar o seu trabalho. Os participantes disseram que a proposta estrutura do OLC contém várias categorias, devendo ser reduzida e hierarquizada. Sublinharam igualmente a necessidade de o OLC submeter a descrição apropriada dos postos adicionais. Recomendou-se ao OLC para tomar em consideração a disposição relativa à cooperação jurídica internacional,

bem como fazer reflectir o equilíbrio entre a experiência, diplomas universitários e categoria na descrição dos postos.

56. Na ausência da descrição dos postos do Gabinete do Conselho Jurídico, o Sub-Comité suspendeu a sessão às 13H15, tendo fixado a próxima reunião para o dia 17 de Maio de 2005, às 10H00.

XVI. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 17 DE MAIO DE 2005

57. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos no dia 17 de Maio de 2005, pelas 10H23. O respectivo Presidente acusou a recepção dos perfis profissionais para os novos postos no Gabinete do Conselheiro Jurídico e convidou os participantes para analisarem a proposta.

58. No final dos debates relativos ao assunto, os participantes concluíram que:

a) O posto de Secretário da Comissão da UA para assuntos de direitos internacional seja descido para P4, em vez da categoria P5 sugerida e que o posto seja incorporado na estrutura existente e não numa divisão;

b) Seja criado um (1) posto adicional de jurista principal, categoria P3, elevando para três (3) os postos de jurista principal (P3);

c) Sejam criados quatro (4) postos adicionais de jurista, categoria P2, subindo para seis (6), o total de P2, tendo em conta a necessidade do recrutamento de juristas que dominam cada uma das quatro línguas de trabalho da UA;

d) Foi aprovada a proposta que visa o recrutamento de novos funcionários da categoria GS – uma secretária GSA4, um estafeta GSA3 e um mensageiro;

e) O Conselheiro Jurídico deve assegurar-se que um dos funcionários é responsável por assuntos de cooperação jurídica internacional.

Gabinete do Auditor Interno

59. Durante a sua apresentação, o Auditor Interno realçou o distanciamento entre o Director (D1) e o Auditor Principal (P3). A direcção solicitou ao Sub-Comité para analisar a criação do posto de Director-adjunto (P5), que vai preencher o vazio e garantir o estabelecimento de uma estrutura hierárquica coerente e o fluxo de informação. Além disso, a direcção sublinhou a necessidade de recrutamento de um auditor (TIC) responsável pela auditoria dos sistemas de comunicação (TI).

60. O Presidente do Sub-Comité chamou à atenção dos participantes sobre a importância estratégica da auditoria interna e, no final dos debates, os membros adoptaram por unanimidade o novo posto de Director-adjunto (P5).

61. Todavia, o Sub-Comité manifestou a sua preocupação relativamente à criação do posto de auditor (TIC), visto que a auditoria devia ser assegurada por um órgão externo. Além disso, alguns participantes exprimiram a sua inquietação quanto ao duplo emprego e à sobreposição de função com as funções dos recursos humanos,

ciência e tecnologia, bem como outros serviços relativos às TIC. Os participantes convidaram a Director dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia a fornecer esclarecimentos sobre o papel desempenhado pelas TIC nos diferentes departamentos da Comissão. A Directora explicou a importância da criação do posto de auditor (TIC) que será responsável pela auditoria das actividades e do desempenho de todos os Departamentos/Direcções encarregues de questões da TIC. Ela realçou a necessidade da harmonização das actividades da TIC e as Comissão, pois essas actividades são relativas ao desenvolvimento e ao funcionamento. Depois das explicações dadas pela Directora, o Sub-Comité reconheceu a importância do auditor da TIC, tendo recomendado que este posto fique em suspensão, enquanto se aguarda pela nova apresentação, para análise, da revisão da descrição do posto que reflicta a natureza das suas actividades.

Mulher, Género e Desenvolvimento

62. A direcção deu informações relativas à estrutura proposta que compreende três divisões, nomeadamente a Divisão de Análise e Acompanhamento de questões do Género, Divisão da Coordenação de questões relativas aos direitos da mulher e a Divisão de Integração e advocacia. A direcção propôs que em cada Divisão haja um Chefe de categoria P5, um funcionário principal encarregue de políticas de categoria P3 e um funcionário de políticas com categoria P2. A direcção contará igualmente com quatro (4) secretários GSA4, um (1) estafeta GSA3 e um mensageiro GSB8.

63. O Sub-Comité tomou nota da proposta da Comissão de suspender o posto P4 a favor de três postos de Chefes de Divisão (P5).

64. O Sub-Comité exprimiu a sua preocupação quanto às implicações financeiras da estrutura proposta e julgou que os três (3) postos de categoria P5 são muito elevados. Os membros do Sub-Comité tinham pontos de vista divergentes com relação à categoria de Secretário da Comissão sobre os Assuntos da Mulher (AUWC); alguns estimavam a categoria para este ponto para Direito Internacional, seja P4 em vez de P5, e que os dois Chefes de Divisão P5 serão suficientes para dar apoio à direcção na implementação das suas decisões. Outros membros julgavam que na Comissão da UA sobre Assuntos da Mulher tem muitas responsabilidades e, por isso, o seu secretário devia possuir a categoria P5.

65. No final da troca de opiniões, o Presidente do Sub-Comité suspendeu a sessão e aprovou dois (2) Chefes de Divisão com categoria P5 e um P4 para o posto de secretária da AUWC. Disse que a Comissão deverá distribuir o novo organigrama proposto, bem como as implicações financeiras antes da adopção da decisão. A sessão foi encerrada pelas 13H35, devendo ser reatada às 16H00 do mesmo dia.

Gabinete do Vice-Presidente

66. A sessão do Sub-Comité foi retomada às 16H20 e debruçou-se sobre questões relativas ao Gabinete do Vice-Presidente. O respectivo Chefe do Gabinete fez a apresentação do tema e explicou o conteúdo da estrutura na proposta para o Gabinete do Vice-Presidente, nomeadamente a estrutura do Gabinete; a Direcção da Administração e Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Direcção do Centro Médico; Direcção de Segurança; a Direcção da Tecnologia de Informação e

Comunicação; Direcção de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade e a Direcção dos Serviços de Conferências.

67. A Comissão referiu-se à importância da elevação da categoria do posto de Chefe de Gabinete de P5 para D1, bem como a do Assistente Especial de P2 para P4. O Presidente do Sub-Comité convidou os membros a exprimir as suas opiniões sobre as conclusões.

68. Os membros do Sub-Comité manifestaram a sua preocupação quanto à designação de "Chefe de Gabinete" e decidiram que deve haver um (1) Chefe de Gabinete D1 para o Gabinete do Presidente e dois (2) Chefes-Adjunto de Gabinete P6 (sendo um para o Presidente e outro para o Vice-Presidente), de modo a existir uma estrutura hierárquica nestes dois gabinetes. O Sub-Comité aceitou por unanimidade recomendar que a designação nos gabinetes do Presidente e do Vice-Presidente seja alterada para Chefe de Gabinete D1 e nos Chefes-Adjunto de Gabinete P6, respectivamente, em vez de Chefe-Adjunto de Gabinete P5. O Sub-Comité recomendou igualmente que o posto de Assistente Especial do Vice-Presidente seja elevado de P2 para P4, desde que a vacatura seja anunciada, tal como acontece em relação a outros postos profissionais.

69. A Comissão propôs a criação de dois novos postos de Conselheiros Técnicos P5 no Gabinete do Presidente, sendo um responsável pela área das finanças e administração e o outro pelo pelouro de sistemas e métodos. O Sub-Comité tomou nota desta proposta e indicou que não há necessidade de ter um Conselheiro Técnico P5 (Finanças e Administração), pois isso implicará uma sobreposição de tarefas e de responsabilidades assumidas por dois Directores, a saber: o Director da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos e o Director de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

70. No que diz respeito ao Conselheiro Técnico de Sistemas e Métodos, o Sub-Comité recomendou que este posto seja da categoria P4.

Direcção dos Assuntos da Segurança

71. Na sua apresentação, a Directora da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos realçou a importância da área da segurança no seio da Comissão, tendo em conta a modificação do mandato e das políticas de orientação que exigem à Comissão desempenhar um papel mais activo na arena internacional. Por isso, a abordagem participativa, particularmente em situações de conflito, faz com os funcionários da Comissão estejam expostos a riscos em termos de segurança. Esta situação exige o reforço da segurança tanto do pessoal como dos locais da Comissão ajudando, deste modo, os esforços dos países que acolhem missões da Comissão.

72. O Sub-Comité sublinhou a importância dos serviços de segurança e indicou que este exercício exige grandes investimentos. Neste contexto, o Sub-Comité recomendou que seria rentável à Comissão optar por uma combinação do sistema de segurança electrónica com o sistema de segurança garantido por pessoas treinadas nesta área.

73. Os membros do Sub-Comité disseram que a estrutura proposta é profissional, bem elaborada, demasiado técnica e muito cara e propôs a elevação desta Unidade

para o nível de Direcção. Por outro lado, recomendaram a criação de uma Divisão, tendo à sua frente um Chefe de Segurança da categoria P5, um Chefe-Adjunto de categoria P4, um funcionário de operações P2 e um funcionário logístico P2. Os membros do Sub-Comité recomendaram igualmente seis (6) postos adicionais de agentes de segurança.

Direcção do Centro Médico

74. O Chefe do Centro Médico fez uma breve apresentação da estrutura proposta e justificou a necessidade da elevação do Centro Médico à categoria de uma Direcção. Referiu que as responsabilidades administrativas aumentaram devido ao número de pacientes que igualmente subiu. Assim, afigura-se necessário separar o trabalho dos médicos, de tal como que possam concentrar-se nas necessidades dos doentes, deixando os aspectos administrativos e a gestão do Centro Médico a outros profissionais.

75. O Presidente do Sub-Comité observou que a proposta relativa aos postos adicionais é muito modesta e convidou os participantes a darem as suas opiniões sobre a questão. Todos os membros do Sub-Comité acolheram por unanimidade a estrutura proposta e recomendaram a adopção dos novos postos como se segue:

- um Director do Centro Médico D1;
- um Chefe de Administração Médica P5;
- um Médico adicional P4;
- duas Enfermeiras adicionais GSA5;
- um Técnico de Laboratório adicional GSA5;
- uma Secretária adicional GSA4;
- um Estafeta GSA3;
- um Assistente de Laboratório GSB6;
- quatro Serventes GSB6;
- um Mensageiro GSB6.

76. A reunião foi encerrada às 19H28, devendo retomar os seus trabalhos a 18 de Maio de 2005, pelas 16H00.

XVII. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 18 DE MAIO DE 2005

77. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos a 18 de Maio de 2005, pelas 16H20.

Direcção das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC)

78. Um representante da Divisão MIS explicou os motivos principais da necessidade da elevação deste Divisão à categoria de uma Direcção. Deu igualmente um informe aos membros do Sub-Comité sobre as actividades planificadas em termos de infra-estruturas de comunicação, conectividade com os Escritórios de Representação, CERs, Embaixadas dos Estados-membros e os sistemas de informação.

79. Os membros do Sub-Comité realçaram a importância das TIC no funcionamento da Comissão assim como as suas relações com os Estados-membros. No entanto,

referiam que a Divisão precisa de reforços sobretudo em termos de pessoal e técnico e não administrativo. Julgaram que a área de comunicação, de infra-estruturas e de sistemas de informação, uma vez em funcionamento, exigirá mais técnicos de apoio ao sistema, alguns membros sublinharam a necessidade da capacitação dos técnicos para apoiar o sistema, devendo a Comissão tomar em consideração esta questão pertinente na concepção dos elementos do seu programa.

80. Ao concluir o debate, o Presidente do Sub-Comité referiu que, tendo em conta os recursos financeiros disponíveis, é aconselhável manter a estrutura da Divisão MIS tal como ela é actualmente; qualquer futura melhoria da sua estrutura poderá ser apresentada mais tarde, para se analisada.

Divisão dos Serviços Administrativos

81. Na sua apresentação, a Directora da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos informou aos participantes que esta Direcção não precisa de pessoal adicional, como indicado na estrutura proposta. No entanto, a Direcção antes preferia fazer uma abordagem progressiva ao longo dos anos, dado que uma estrutura organizacional é estática, mas dinâmica. Neste contexto, a Directora sublinhou a necessidade da criação do posto de Chefe da Divisão de Compras (P5), tendo em conta o aumento das compras, particularmente os concursos internacionais aos quais a Comissão deve responder em nome das Missões da União Africana no terreno. A obrigação da prestação de contas exige pessoal qualificado e competente para a gestão e supervisão eficazes desta actividade. A Directora solicitou igualmente a criação de dois (2) postos adicionais de escriturários para a gestão das actividades dos serviços de correspondência, visto que a comunicação no seio da Comissão cresceu de forma significativa.

82. Vários membros do Sub-Comité usaram da palavra para exprimir as suas preocupações relativamente à ideia de separar as Unidades de Compras e de Viagens em duas Divisões. Sublinharam que a Estrutura de Maputo prevê um funcionário de compras (P2), sendo deste modo aconselhável solicitar a criação de um posto adicional de viagens em vez de um posto de Chefe de Divisão (P5), que apenas será responsável pelas compras. Em resposta, a Comissão explicou que o volume de trabalho da Unidade de Compras e Viagens é enorme, e suplicou ao Sub-Comité para reflectir sobre esta questão.

83. No final de debates, os membros do Sub-Comité recomendaram que, em vez da criação destes postos de direcção, era melhor estabelecer postos subalternos à Unidade de Compras e Viagens, como forma de remediar a crise. Por conseguinte, o Sub-Comité recomendou a criação de um (1) posto de funcionário de viagens (P2) e dois (2) postos de escriturário (GSA3).

84. A Directora da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos solicitou igualmente a transferência da Unidade da Biblioteca e Arquivos para a Direcção de Políticas de Planificação Estratégica e Mobilização de Recursos. O Sub-Comité recomendou a transferência da Unidade da Biblioteca e Arquivos para a Direcção acima mencionada.

Direcção de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade

85. A Directora de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade apresentou uma versão revista da estrutura, com um efectivo de 35 funcionários, tendo referido que esta proposta está em conformidade com as recomendações do Relatório da Ernest & Young, bem como o consenso entre a Comissão e o Sub-Comité Consultivo para reforçar o Departamento. Referiu que a Decisão de Maputo prevê 23 funcionários, mas agora solicita 13 funcionários adicionais.

86. Foi recomendada a supressão do posto de Chefe de Pré-auditoria pois existe um Departamento de Auditoria Interna. Todavia, será mantida a Unidade de Pré-auditoria para garantir a execução deste serviço no seio da DPOFC. O Sub-Comité referiu igualmente que a auditoria interna deve ser harmonizada para assegurar as verificações e o equilíbrio exigidos.

87. O Sub-Comité recomendou a criação de dois postos de funcionários principais das finanças (P3), seis funcionários de finanças (P2), um auxiliar de contabilidade (GSA5), dois escriturários de tratamento de dados (GSA5), uma secretária (GSA4), um mensageiro (GSB6) e a eliminação do posto de funcionário de tratamento de dados (P2).

Direcção dos Serviços de Conferências

88. O Chefe do Gabinete do Vice-Presidente apresentou a estrutura proposta da Direcção dos Serviços de Conferências, que compreende três (3) Divisões, nomeadamente: Divisão de Tradução e Revisão, Divisão de Documentação e Divisão de Interpretação. Indicou igualmente que, devido ao aumento do número de reuniões, a Direcção solicitou um (1) operador/técnico adicional de categoria GSA4, que é responsável pelo equipamento de interpretação; dois (2) intérpretes adicionais de categoria P4 (Árabe e Português); dois (2) secretários adicionais de categoria GSA4 (Árabe e Português); um (1) funcionário principal para elaboração de actas, categoria P3; doze (12) dactilógrafos de actas, categoria GSA4 e outros funcionários para a Unidade de Impressão.

89. Os membros do Sub-Comité referiram-se à importância da Direcção dos Serviços de Conferências e sublinharam a necessidade de reforçar as suas actividades, de modo a permitir a produção de documentos de qualidade nas quatro línguas de trabalho da UA. Todos os membros acordaram que caso este exercício de reforço não seja efectuado, os Serviços de Conferências não poderão produzir uma tradução e uma interpretação de qualidade. Alguns membros solicitaram informações mais detalhadas quanto à utilidade do recurso ao pessoal freelance pelos Serviços de Conferências, uma vez que isso implica o pagamento de passagens aéreas, ajudas de custo e salários. Além disso, deploraram a má qualidade dos documentos traduzidos pela Comissão. Outros membros manifestaram preocupação no que respeita a proposta apresentada de recorrer ao sistema de elaboração de actas, que consiste na gravação das reuniões, e julgaram que as novas tecnologias podem nos oferecer os instrumentos necessários para este exercício, sendo que a tecnologia arcaica das actas não traz nenhuma utilidade para a Comissão.

90. O Chefe de Gabinete do Vice-Presidente reconheceu que o recurso ao pessoal independente (freelance) torna-se muito caro para a Comissão; porém, explicou que o problema coloca-se quando se trata de tradutores e intérpretes, dado que são muito solicitados no mercado e em outros lugares são remunerados em tarifas superiores.

91. O Sub-Comité recomendou a criação de três (3) postos de Chefes de Divisão P5 (Tradução e Revisão, Documentação e Interpretação) e de dois (2) postos adicionais de Intérpretes P4 (1 de língua árabe e outro de língua portuguesa). Rejeitou por unanimidade a proposta da criação de um posto de funcionário principal P3 encarregue da elaboração de actas bem como a sugestão do recrutamento de doze (12) dactilógrafos GSA4 para a mesma área de actividade.

Direcção dos Assuntos dos Cidadãos Africanos

92. Na sua apresentação, o Coordenador Principal da CSEDCA sublinhou a razão de ser da expansão e do reforço da Unidade da CSEDCA no seio da Direcção, tendo como fundamento a sua parceria inter-sectorial com a sociedade civil e as suas funções. Sugeriu a elevação do posto P6 para a categoria D1, a criação de duas divisões (Diáspora e Sociedade Civil) e a eliminação de três (3) postos de funcionário principal de políticas P3 e de um posto de assistente administrativo GSA5, criando em seu lugar postos de funcionários administrativos de categoria P2.

93. Os membros do Sub-Comité que tomaram a palavra foram de opinião que seria financeira e administrativamente mais económico ter duas secções continentais para a diáspora, nomeadamente Europa-Estados Unidos da América, e Ásia-Oceânia ou Estados Unidos da América e Europa-Ásia-Oceânia.

94. A estrutura sugerida foi aceite, com emendas relativamente ao recrutamento de dois funcionários administrativos regionais (Estados Unidos e Europa-Ásia- Oceânia) para a diáspora, em vez de 3, bem como a elevação do posto P6 para a categoria D1; a criação de dois postos de Chefes de Divisão P5 (Diáspora e Sociedade Civil); supressão de três (3) postos de funcionários principais de políticas P3 e de um posto de assistente administrativo GSA5, criando, em seu lugar, postos de funcionários administrativos de categoria P2.

95. A reunião foi suspensa às 20H15, para retomar às 16H00 do dia 19 de Maio de 2005.

XVIII. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 19 DE MAIO DE 2005

96. O Sub-Comité retomou os seus trabalhos a 19 de Maio de 2005, pelas 16H30.

Direcção dos Assuntos Políticos

97. Na sua apresentação, o Director dos Assuntos Políticos insistiu na necessidade de haver duas direcções distintas, nomeadamente o Departamento da Democracia, Governação, Direitos do Homem, Assuntos Humanitários e o Departamento de Relações Exteriores. Acrescentou que, em relação à Estrutura de Maputo, já existiam as divisões da democracia e governação assim como a divisão dos assuntos humanitários, tendo a Comissão solicitado uma divisão adicional, a saber a dos direitos

do homem. Além disso, realçou que o Departamento de Relações Exteriores é completamente novo. Indicou igualmente que foi recomendada a transferência da Cooperação Afro-Árabe da Direcção de Planificação Estratégica para a Direcção dos Assuntos Políticos, no âmbito das medidas tomadas pela Comissão com vista à harmonização do mandato dos postos.

98. O Presidente do Sub-Comité chamou à atenção dos participantes relativamente à revisão da Estrutura de Maputo, bem como ao facto de que a criação de um departamento completamente novo não é da competência do Sub-Comité. Neste contexto, convidou os membros do órgão que preside a debruçarem-se somente sobre questões relativas à Direcção dos Assuntos Políticos (Democracia, Governação, Direitos do Homem, Assuntos Humanitários), ficando a questão relativa às Relações Exteriores por analisar em simultâneo com a proposta feita pela Jamahiriya de criar um Ministério das Relações para todo o continente. Além disso, o Presidente do Sub-Comité sublinhou que se a Estrutura de Maputo não for implementada na íntegra, não será fácil proceder à avaliação da utilidade da proposta relativa à criação da Divisão dos Direitos do Homem.

99. Por seu turno, os membros do Sub-Comité tomaram a palavra para dar o seu parecer relativamente à componente direitos do homem, assunto que chamou a atenção da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos em Banjul, sobre a qual a Estrutura de Maputo prevê efectivamente um funcionário político de categoria P2 para garantir actividade de ligação.

100. No final de um longo debate sobre esta questão, o Sub-Comité recomendou que a Direcção dos Assuntos Políticos mantenha as duas divisões, tal como aprovado em Maputo, e que o funcionário político (Direitos do Homem) P2 seja elevado à categoria P3, continuando a assegurar as funções de ponto focal entre a Comissão e a CADHP.

Direcção de Planificação Estratégica e Mobilização de Recursos (nova apresentação)

101. O Sub-Comité solicitou ao Director para dar alguns esclarecimentos sobre a estrutura proposta pela Direcção. Em resposta, à solicitação do Sub-Comité, o Director indicou que a Estrutura de Maputo prevê duas divisões distintas, com um efectivo total de 19 funcionários. Acrescentou que a Comissão pretende transferir as componentes da Divisão da Cooperação Afro-Árabe e do Escritório de Cairo para a nova Direcção das Relações Exteriores; as componentes da Biblioteca e Arquivos, da Direcção da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos, serão transferidas para a nova Divisão da Gestão do Conhecimento.

102. O Sub-Comité deplorou a decisão tomada pela Comissão de transferir a Divisão da Cooperação Afro-Árabe e o Escritório de Cairo para a Direcção dos Assuntos Políticos sem consulta nem aprovação do Sub-Comité de Estrutura e de outras autoridades. O Sub-Comité reiterou que, até novas ordens, a Divisão da Cooperação e o Escritório de Cairo, segundo a Estrutura de Maputo, mantêm a sua subordinação à Direcção de Políticas de Planificação Estratégica e Mobilização de Recursos. Além disso, o Sub-Comité referiu que a Comissão deverá preparar e submeter, à atenção da sua próxima sessão, um documento que explica a transferência sugerida entre as Direcções da Planificação Estratégica e dos Assuntos Políticos.

103. No que diz respeito à proposta da criação do posto de Chefes de Divisão da Gestão do Conhecimento, categoria P5, vários membros do Sub-Comité julgaram que o posto de Secretário da Comissão, categoria P5, no Gabinete do Presidente, tem a responsabilidade de manter a memória institucional, não sendo necessária a criação do posto de Chefe de Divisão da Gestão do Conhecimento P5. Os dois (2) postos previstos na Estrutura de Maputo, nomeadamente o do funcionário principal (Biblioteca) P3 e o do funcionário principal (Arquivos) P3, são suficientes para tratar de questões relativas à biblioteca e aos arquivos. Os membros do Sub-Comité deploraram o estado actual da biblioteca e dos arquivos, tendo solicitado à Comissão para tomar medidas necessárias para corrigir a situação. O Sub-Comité manteve o status quo da estrutura.

Direcção dos Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia

104. A Directora da DRHCT explanou as dificuldades com que se debate a Direcção na execução do seu mandato, contando com o efectivo previsto na Estrutura de Maputo. Com efeito, segundo ela, a Estrutura de Maputo prevê um posto de Director D1, dois (2) funcionários principais políticos P3 e quatro (4) funcionários políticos P2. A Directora sugeriu a eliminação de três (3) postos de funcionários políticos P2, criando-se em seu lugar um (1) novo posto de Chefe de Divisão (Educação), categoria P5. Acrescentou que a criação de uma nova Divisão implica a alocação de recursos financeiros adicionais e esses custos estão incluídos no Orçamento de 2005.

105. O Sub-Comité recomendou, por unanimidade, a criação de um posto de Chefe de Divisão (Educação), categoria P5, para além das duas divisões já existentes – Ciência e Tecnologia; Recursos Humanos e Juventude – com a consequente eliminação de três (3) postos de funcionários principais.

Serviços de Protocolo (nova apresentação)

106. O Embaixador da República Federal da Nigéria lançou um apelo ao Presidente do Sub-Comité para a reabertura do debate relativo à estrutura proposta dos Serviços de Protocolo. O Chefe de Protocolo pediu para fazer uma breve proposta concreta sobre a matéria. Realçou a necessidade de dispor de pessoal suplementar de apoio às actividades dos Serviços de Protocolo, pois esta Unidade é solicitada a prestar serviços às Embaixadas dos Estados-membros e a outros dignatários que participam nas reuniões na UA. Reiterou a proposta da criação de duas (2) divisões, uma vez que a actual diferença entre a estrutura do Protocolo da OUA e a actual estrutura da UA, excepto no que diz respeito a alguns funcionários dos serviços gerais.

107. Durante os debates, vários membros foram de opinião de que os Serviços de Protocolo necessitam mais de apoio ao nível dos postos de assistente de protocolo do que ao nível da Direcção, ou seja, o Chefe de Divisão P5. Alguns membros recomendaram o aumento do número de funcionários de categoria P2, assistentes e escriturários (com categoria de serviços gerais). O Presidente do Sub-Comité chamou à atenção dos membros sobre o limite dos recursos disponíveis, tendo indicado que não há necessidade de promover os postos a níveis de direcção (D1 e P5). De acordo com o Presidente do Sub-Comité, é preferível ter dois funcionários suplementares das categorias P2 e GSA5.

108. O Sub-Comité recomendou a criação dos postos que se seguem, para além dos que foram previstos pela Estrutura de Maputo para a Unidade de Protocolo: dois (2) postos adicionais de funcionários de Protocolo P2 e dois postos adicionais de Assistente de Protocolo GSA5.

Direcção de Informação e Propaganda

109. Um representante da Divisão de Informação e Propaganda fez a apresentação da estrutura proposta. Explicou a razão de ser da Direcção proposta em relação à Estrutura de Maputo actualmente em vigor. Sublinhou a necessidade de haver uma divisão encarregue de publicações, gestão da Internet e das edições, em conformidade com as actividades e a disseminação de informações relativas à União Africana.

110. Durante os debates que se seguiram, vários membros manifestaram as suas preocupações relativamente à proposta de suprimir alguns postos e criar novas direcções. Foram de opinião de que a Comissão deverá dar explicações sobre as implicações financeiras da estrutura proposta.

111. O Sub-Comité recomendou a manutenção da Estrutura de Maputo, visto que a estrutura proposta foi programada fora do Orçamento de 2005. Por isso, não á lógico aceitar excedentários no seio da estrutura já existente.

XIX. DIVERSOS

112. O Embaixador da Mauritânia solicitou à Direcção da Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos para apresentar um inventário de funcionários, por cada país, dos postos preenchidos, de modo a permitir aos Estados-membros fazer uma avaliação do ponto de situação da implementação da Estrutura de Maputo.

113. O Embaixador da República Federal da Nigéria indicou que o relatório do Sub-Comité de Estruturas deverá ter em conta os comentários e as observações formuladas na adopção da estrutura proposta, no âmbito do seu mandato; os reajustamentos feitos às estruturas que não representam implicações financeiras adicionais; fazer reflectir os pedidos feitos pelo Presidente da Comissão e os pedidos já aprovados, bem como mencionar aquilo que já foi implementado pelos Estados Membros, de acordo com os recursos disponíveis.

XX. DISCURSO DE ENCERRAMENTO

114. No seu discurso de encerramento, o Presidente do Sub-Comité agradeceu a todos os membros pela contribuição, participação e apoio inestimáveis que deram durante os trabalhos da reunião e solicitou à Comissão para apresentar outros pedidos após a implementação integral da Estrutura de Maputo. Todavia, a Comissão tem a liberdade de submeter, ao Sub-Comité qualquer novo pedido relativo ao preenchimento de vagas e ao reajustamento da estrutura, desde que haja disponibilidade de recursos para o efeito.

115. O Chefe do Gabinete do Vice-Presidente tomou a palavra para endereçar os seus agradecimentos ao Presidente do Sub-Comité assim como a todos os membros

pelo empenho, trabalho, perseverança, entusiasmo que demonstraram em resposta aos pedidos formulados pela Comissão.

116. O Presidente disse que o Sub-Comité reunir-se-á na semana seguinte para adoptar o seu relatório, numa data a ser comunicada aos membros, pela Comissão. A reunião foi encerrada às 19H12.

XXI. REUNIÃO DO SUB-COMITÉ DE 3 DE JUNHO DE 2005

117. O Sub-Comité reuniu-se a 3 de Junho de 2005, pelas 17H00, para concluir o trabalho realizado até à data. A reunião foi presidida pelo Sr. Ali Awidan, Embaixador da Jamahiriya Árabe Líbia e Representante Permanente junto da União Africana. A Comissão da União Africana foi representada pelo respectivo Presidente, Sua Excelência Alpha Oumar Konaré, o Vice-Presidente Patrick Mazimhaka, Comissários, Directores e outros funcionários.

118. O Presidente do Sub-Comité manifestou a sua gratidão aos membros presentes assim como à Comissão pela sua participação e contribuições construtivas à Estrutura de Maputo. Sublinhou a importância de se reunirem antes da finalização do relatório, a pedido do Presidente da Comissão, de modo a permitir-lhes tomar em consideração as suas observações pertinentes sobre a estrutura, antes de apresentá-la ao CRP. Em seguida, convidou o Presidente da Comissão da UA a proceder à apresentação da Estrutura de Maputo Revista.

119. O Presidente da Comissão da UA agradeceu ao Sub-Comité por ter aceite reabrir o debate sobre a Estrutura Revista e congratulou-se pelo excelente trabalho efectuado pelo Sub-Comité, com vista à capacitação dos funcionários da Comissão. Acrescentou que a sua preocupação principal prende-se com a estrutura recomendada para o seu gabinete, Gabinete do Vice-Presidente e para a Direcção das Relações Exteriores. Esta reabertura dos debates antes da finalização do relatório é crucial para evitar que o mesmo exercício seja retomado nas reuniões do CRP e do Conselho Executivo.

120. O Presidente da Comissão sublinhou a necessidade de o Sub-Comité de Estruturas proceder a uma nova análise dos postos de Secretário Particular e de Secretário Administrativo, sem os quais o Presidente da Comissão não poderá exercer as suas funções com eficácia. O Presidente informou aos membros do Sub-Comité a importância de que se revestem os quatro (4) Conselheiros Técnicos no Gabinete do Presidente; dois (2) no Gabinete do Vice-Presidente e um (1) nos gabinetes de cada um dos Comissários, de modo a prestar o apoio necessário nas diferentes áreas de actividade. Acrescentou que para um apoio menos oneroso, o Gabinete do Presidente solicitou um mínimo de seis (6) ou sete (7) Conselheiros Técnicos, e a Comissão propôs ter um mínimo de quatro (4), nomeadamente:

a) Conselheiro Técnico de Defesa e Segurança;
b) Conselheiro Técnico de Relações Públicas e Direitos do Homem;
c) Conselheiro Técnico para Assuntos Sócio-Culturais;
d) Conselheiro Técnico para Relações Exteriores (Franco-Árabe).

121. O Presidente da Comissão chamou à atenção do Sub-Comité relativamente ao elemento fundamental que o são as relações exteriores. Insistiu na necessidade de a África ter uma única voz. Realçou a importância do estabelecimento de laços sólidos com o mundo afro-árabe, pois é ai onde reside o futuro do desenvolvimento económico que terá um impacto global no mundo inteiro.

122. O Presidente da Comissão lamentou a falta de capacidades técnicas em determinadas áreas, tendo recomendado postos adicionais de Conselheiros Técnicos que trará a perícia técnica necessária nessas diferentes áreas. Indicou igualmente que o estatuto linguístico da Comissão constitui um outro obstáculo, pois a maior parte dos documentos é concebido e produzido em inglês, língua que não domina. Os Conselheiros Técnicos poderiam trabalhar em pelo menos duas línguas da União Africana e ajudar no tratamento dos documentos.

123. O Presidente da Comissão sublinhou que durante os debates sobre a Estrutura de Maputo Revista, o Sub-Comité julgou que os Comissários são Conselheiros do Presidente da Comissão e, por isso, não é necessário recrutar outros Conselheiros. Porém, trata-se de uma concepção errada, pois os Comissários têm carga de trabalho muito pesada que provém das actividades das suas Direcções. O Presidente confirmou igualmente a disponibilidade de recursos que poderão servir para financiar todo o pessoal adicional solicitado pelo seu gabinete. Apelou ao Sub-Comité para autorizar à Comissão proceder à mobilização de fundos para a cobertura das despesas adicionais de pessoal. Explicou que vários países estão prontos para custear as despesas do reforço do seu gabinete, no respeito do equilíbrio e da distribuição regional. Defendeu o reforço do seu gabinete para melhorar o seu desempenho.

124. O Presidente da Comissão recomendou à África para adoptar uma estratégia e uma política continentais, de onde a necessidade de o Sub-Comité rever a sua decisão de rejeitar o reforço da divisão encarregue da Estratégia e Política da Comunicação no seu gabinete, devido a dificuldades de ordem financeira.

125. Indicou que a falta de uma política de comunicação dá uma imagem negativa ao continente; que chegou a altura de a África tomar medidas idóneas para resolver este problema. Em seguida, deu exemplos de estratégias de comunicação para Darfur, onde a Comissão não foi capaz de divulgar a informação no exterior, numa altura em que o mundo inteiro sabia que a União Africana podia estabilizar a situação e a Comissão fazia bom trabalho. Acrescentou que mesmo em Adis Abeba, a informação sobre as actividades da Comissão e da União Africana não circula e nem é bem entendida por causa de uma estratégia de comunicação inadequada. Ao terminar, o Presidente disse que a Comissão precisa de uma nova política e estratégia de comunicação e, caso a sua proposta seja aceite pelo Sub-Comité, procederia à mobilização de fundos necessários, junto de outras fontes, para a cobertura das despesas de pessoal.

126. O Presidente da Comissão solicitou, por outro lado, o reajustamento da estrutura nas áreas de saúde, cultura, juventude e desportos no Gabinete da Comissária para os Assuntos Sociais; e no sector de Relações Exteriores no Gabinete da Comissária para os Assuntos Políticos, de tal modo a que os diferentes Escritórios de Representação estejam agrupados num único departamento. Estes reajustamentos permitirão o agrupamento de todos os Escritórios Externos da União Africana sob a designação de

Escritórios de Representação, enquanto os Escritórios que se ocupam por conflitos terão a denominação de Missões, e os Escritórios ligados às CERs chamar-se-ão Escritórios de Delegação.

127. O Presidente da Comissão confirmou a abertura, em 2005, do Escritório de Representação da União Africana em Washington. Indicou igualmente que seria ideal abrir outros Escritórios em Paris, França, Japão, China, Índia, Brasil, Escandinávia, Irão, Turquia e Canadá. Porém, devido à falta de recursos, foi sugerido que a União Africana seja representada pelos Decanos do Corpo Diplomático dos Estados-membros.

128. Por conseguinte, o Presidente da Comissão solicitou ao Sub-Comité para estudar a possibilidade da abertura de Escritórios de Delegação da União Africana junto das CERs, pois estes últimos constituem os pilares da União. Informou que já existe um Escritório de Delegação junto da SADC, conforme o Artigo 33 do Regulamento Interno do Conselho de Paz e Segurança.

129. O Presidente da Comissão solicitou igualmente a revisão da categoria dos Conselheiros Técnicos de P5 para D1 ou P6. Regra geral, os Conselheiros têm o nível de Directores e, tendo em conta a sua experiência e conhecimento, não seria racional colocá-los na categoria P5. Disse ter a intenção de designar antigos Ministros dos Negócios Estrangeiros e antigos Embaixadores para estes postos e, por isso, não tinha nenhum interesse em colocá-los nas categorias P5 ou P6. Deu o exemplo de que um funcionário da categoria não seria capaz de coordenar as actividades dos Embaixadores em Nova Iorque.

130. O Presidente da Comissão acrescentou que, relativamente aos postos de Coordenador da PATTEC e PANVAC, o Sub-Comité manteve o status quo de P4 em relação à proposta feita pela Comissão de elevar à categoria P5, enquanto estes postos são responsáveis pela coordenação geral das actividades em todo o continente.

131. O Presidente do Sub-Comité sobre Estruturas felicitou o Presidente da Comissão pela clareza da sua apresentação sobre a Estrutura de Maputo Revista e reiterou-lhe o apoio dos membros do Sub-Comité para lhe garantir melhores condições de trabalho no exercício das suas funções. Porém, salientou que o mandato que o Sub-Comité recebeu do Conselho Executivo é de proceder à revisão da Estrutura de Maputo, dentro dos limites do orçamento do exercício financeiro de 2005. Para este efeito, reiterou que o Sub-Comité analisou todos os documentos submetidos pela Comissão, tendo lhes dedicado a maior atenção.

132. Os membros do Sub-Comité manifestaram a sua preocupação relativamente à ausência de uma estratégia e de uma política de comunicação, como referiu o Presidente da Comissão. O caso de Darfur é um bom exemplo porque, na falta de uma política de comunicação da União Africana, outras organizações atribuem-se o mérito desta. Sublinharam que todos estes problemas estão relacionados com as dificuldades financeiras dos Estados-membros.

133. O Sub-Comité aceitou a proposta feita pelo Presidente da Comissão, segundo a qual as despesas de pessoal poderão ser financiadas por alguns Estados-membros,

fora do Orçamento de 2005. Todavia, exprimiram preocupações perante as dificuldades que se seguem:

a) O Presidente da Comissão, após ter dado garantias de que os Estados-membros vão financiar postos de Conselheiros, deve definir as relações hierárquicas e as condições de serviço destes novos Conselheiros com os funcionários que já estão a prestar serviços na Comissão;

b) A Comissão pretende integrar estes novos postos de Conselheiros na sua estrutura? O que vai acontecer se os Estados-membros suspenderem o seu apoio financeiro a estes novos postos? Estes novos postos serão integrados na Estrutura de Maputo Revista?

c) Qual será a viabilidade do mecanismo de financiamento dos postos de Conselheiros?

d) Para postos similares, esta proposta corre o risco de criar um precedente ao nível operacional da estrutura tanto para os postos que foram aceites como para os que foram rejeitados;

e) A Comissão deve elaborar a descrição dos postos para os diferentes Conselheiros de modo a permitir a sua avaliação, tal como se procede com outros funcionários da Comissão;

f) A designação de Conselheiros Técnicos Afro-Árabe foi considerada inapropriada e a Comissão foi solicitada a encontrar um outro termo.

134. O Sub-Comité recomendou a criação de quatro (4) postos de Conselheiro, categoria P5 dentro da estrutura, em vez de aceitar como um princípio. A terminar, o Presidente do Sub-Comité disse que o pedido feito pelo Presidente da Comissão de criar novos postos no seu gabinete foi aceite, desde que a Comissão encontre apoio financeiro junto dos Estados-membros, não dentro do Orçamento de 2005. Além disso, as denominações atribuídas aos Conselheiros do Presidente são mais apropriadas em relação às que foram propostas pela Comissão.

135. Os postos adicionais que seguem foram recomendados para aprovação pelo Gabinete do Presidente, o respectivo recrutamento será objecto de anúncio de vacatura, como é feito para todos os outros postos profissionais. O financiamento destes postos efectivar-se-á a partir do orçamento da Comissão, podendo alguns Estados-membros cobrir determinados postos, entendendo-se que o Presidente da Comissão poderá igualmente assegurar o financiamento do recrutamento de alguns postos, a partir de recursos extra-orçamentais. Os postos adicionais são:

Gabinete do Presidente

a) 7 x Representante Especial (P5-D1);
b) 7 x Enviado Especial (P5-D1);
c) 7 x Delegado Regional junto das CERs (P5);
d) 1 x Secretário Administrativo (GSA6);

e) 1 x Escriturário (GSA3);
f) 2 x Responsável pela Correspondência (GSB6);
g) 1 x Conselheiro – Defesa e Segurança (P5);
h) 1 x Conselheiro – Relações Públicas, Imprensa, Direitos do Homem (P5);
i) 1 x Conselheiro – Relações Afro-Árabes;
j) 1 x Conselheiro – Assuntos Culturais (P5);
k) 2 x Conselheiros – Secretariado da NAPED; 3 x Funcionários do Programa das Iniciativas Africanas (P5); 1 x Funcionário principal de políticas (acompanhamento de reuniões e documentos) (P5);
l) 1 x Chefe de Divisão (Relações com os órgãos da União Africana).

Direcção de Informação e Propaganda

a) 1 x Director (D1);
b) 1 x Chefe de Divisão de Publicações (P5);
c) 1 x Editor Principal;
d) 1 x Administrador do Site Internet (P3);
e) 1 x Funcionário de Publicações (P2)
f) 1 x Funcionário de Áudio-Visual (P2);
g) 2 x Escriturário (GSA3);
h) 1 x Encarregado de Correspondência (GSB6).

Direcção de Relações Exteriores

a) 1 x Director (D1);
b) 4 x Chefe de Divisão (P5);
c) 10 x Funcionário Principal de Políticas (P3);
d) 10 x Funcionário de Políticas (P2);
e) 5 x Secretário (GSA4);
f) 1 x Escriturário (GSA3);
g) 1 x Encarregado de Correspondência (GSB6)

136. A reunião terminou às 19H45.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2005

Report of the meetings of the sub-committee on structure 20 June, 2005

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4366

Downloaded from African Union Common Repository